



LEG/SGO/CSC/EZSHARE-620307903-40058

Senhoras  
Maria Heloisa de Oliveira Morel  
Luciana de Almeida O'Reilly  
Rua Cincinato Braga, n. 388  
Bela Vista  
São Paulo, Brasil

Ref.: Cooperação Técnica Não-Reembolsável  
No. ATN/JO-18571-BR. Utilização de Dados,  
Tecnologia, Treinamento e Economia  
Comportamental para Melhorar a Eficiência dos  
Gastos em Educação na Recessão Econômica  
Induzida pelo COVID no Brasil.

Prezada Senhoras:

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre o Instituto Superior de Educação de São Paulo - ISESP (doravante denominado “Órgão Executor”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na condição de Administrador do Programa de Redução da Pobreza do Fundo Especial do Japão (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Órgão Executor até o montante de US\$ 300,000.00 (trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), que será desembolsado a débito dos recursos do Programa de Redução da Pobreza do Fundo Especial do Japão (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a aquisição de bens e serviços diferentes de consultoria e a seleção e contratação de consultores necessários para a realização de um projeto de cooperação técnica para desenvolver novas iniciativas na gestão de gastos em educação pública, permitindo aos governos administrar os seus orçamentos em educação de forma mais equitativa e eficiente (doravante denominado “Projeto”), descrito no Anexo Único deste Convênio. O beneficiário do Projeto é o Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

Este Convênio é formalizado por força (i) da Carta Acordo subscrita entre o Japão e o Banco datada de 26 de abril de 1988 por meio da qual se constituiu o Fundo Especial do Japão (*Japan Special Fund*) e as suas modificações subsequentes; (ii) com o memorando datado de 20 de fevereiro de 2001 enviado pelo Japão ao Banco e com a carta de resposta ao referido memorando por parte do Banco datada de 30 de março de 2001. O intercâmbio de comunicações mencionado no inciso (ii) estabelece o acordo entre o Japão e o Banco para a constituição do

Programa de Redução de Pobreza (*Poverty Reduction Program*), no âmbito do Fundo Especial do Japão.

O Banco e o Órgão Executor acordam o seguinte:

**Primeiro. Partes integrantes do Convênio.** Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas Gerais”; e pelo Anexo Único, aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo Único acima referidos. As referências nas Normas Gerais ao “Beneficiário” deverão ler-se como referências ao “Órgão Executor”.

**Segundo. Órgão Executor.** A execução do Projeto e a utilização dos recursos da Contribuição caberão ao Instituto Superior de Educação de São Paulo – ISESP (doravante denominado “Órgão Executor”).

**Terceiro. Condições prévias ao primeiro desembolso.** O primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco: (a) das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais; e (b) da apresentação, pelo Órgão Executor, de evidência de que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados, aos quais faz referência ao Artigo 12 das Normas Gerais.

**Quarto. Reembolso de despesas a débito da Contribuição.** Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem no Projeto a partir de 8 de abril de 2021 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

**Quinto. Prazos.** (a) O prazo para a execução do Projeto será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

**Sexto. Custo total do Projeto e recursos adicionais.** (a) O Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Educação e Esportes, beneficiário do Projeto, comprometeu-se a efetuar oportunamente os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), para a plena e ininterrupta execução do Projeto. O total do Aporte foi estimado no equivalente a US\$ 35,000.00 (trinta e cinco mil dólares), a fim de completar a soma equivalente a US\$ 335,000.00 (trezentos e trinta e cinco mil dólares), custo total estimado do Projeto.

(b) O Aporte do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Educação e Esportes, será *in natura* e se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no orçamento do Projeto que consta do Anexo Único.

**Sétimo. Moeda de desembolso.** O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares.

**Oitavo. Taxa de Câmbio para justificar despesas realizadas em Moeda Local do país do Beneficiário.** Para efeitos do estipulado no Artigo 9 das Normas Gerais, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo, qual seja, a taxa efetiva na data de conversão dos recursos desembolsados em dólares à moeda do país do Órgão Executor. Neste caso, para efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em moeda local a débito do Aporte ou do reembolso de despesas a débito da Contribuição, a taxa de câmbio acordada será a taxa de câmbio vigente no dia em que o Órgão Executor ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a quem se tenha delegado a faculdade de efetuar despesas, efetue os pagamentos respectivos a favor do empreiteiro, fornecedor ou beneficiário.

**Nono. Contratação de serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens.** Para efeitos do disposto no Artigo 10 das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de maio de 2019, contidas no documento GN-2349-15, aprovado pelo Banco em 2 de julho de 2019. As aquisições serão realizadas pelo Órgão Executor de acordo com as práticas estabelecidas no setor privado, conforme estabelecido no Apêndice 4 das Políticas de Aquisições do Banco. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e a aquisição de bens serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Órgão Executor e o Órgão Executor aceite por escrito sua aplicação. A utilização das normas, procedimentos e sistemas de aquisições do Órgão Executor estará sujeita ao disposto no parágrafo 3.2 das Políticas de Aquisições e ao Artigo 10(b) das Normas Gerais.

**Décimo. Seleção e Contratação de Serviços de Consultoria.** Para efeitos do disposto no Artigo 10 das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de maio de 2019, contidas no documento GN-2350-15, aprovado pelo Banco em 2 de julho de 2019. As contratações de serviços de consultoria serão realizadas pelo Órgão Executor de acordo com as práticas estabelecidas no setor privado, conforme previsto no Apêndice 4 das Políticas de Consultores do Banco. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Órgão Executor e o Órgão Executor aceite por escrito sua aplicação. A utilização das normas, procedimentos e sistemas de aquisições do Órgão Executor estará sujeita ao disposto no parágrafo 3.2 das Políticas de Consultores e no Artigo 10(b) das Normas Gerais.

**Décimo primeiro. Atualização do Plano de Aquisições.** Para a atualização do Plano de Aquisições conforme o disposto no Artigo 10(c) das Normas Gerais, o Beneficiário deverá utilizar ou, se for o caso, se assegurar de que o Órgão Executor utilize, o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine.

**Décimo segundo. Acompanhamento e Avaliação.** O Órgão Executor deverá apresentar ao Banco os seguintes relatórios: (i) relatórios semestrais de andamento, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à finalização de cada semestre civil, os quais deverão incluir, entre outros assuntos, os avanços obtidos com base na matriz de resultados, no Plano de Aquisições e no plano financeiro, com o cronograma de aplicação dos recursos; (ii) um relatório final, dentro de 6 (seis) meses contados do término da última atividade do Projeto.

**Décimo terceiro. Supervisão da gestão financeira do Projeto.** (a) Para efeitos do estabelecido no Artigo 13 das Normas Gerais, os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios que, até a data de assinatura deste Convênio, foram identificados como necessários para supervisionar a gestão financeira do Projeto são as demonstrações financeiras auditadas do Projeto. O Órgão Executor se compromete a apresentar ao Banco as referidas demonstrações financeiras auditadas até 120 (cento e vinte) dias seguintes à data do último desembolso.

(b) Para efeitos do disposto no Artigo 13(a) das Normas Gerais, o exercício financeiro do Projeto é o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

**Décimo quarto. Acesso à Informação.** (a) O Órgão Executor compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que este contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, caso em que o Órgão Executor compromete-se a indicar tal informação nas disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto deste Convênio, depois que este tenha entrado em vigor e o prazo antes mencionado tenha expirado, excluindo somente as informações que o Órgão Executor tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.

(b) De acordo com a Política de Acesso à Informação acima referida e sujeito às suas disposições, o Banco divulgará ao público as Demonstrações Financeiras Auditadas (“DFAs”) recebidas do Órgão Executor, em conformidade com o Artigo Décimo terceiro.

(c) Nos casos em que o Órgão Executor identificar informação contida nas DFAs que considere confidencial, conforme as exceções previstas na Política de Acesso à Informação, este deverá preparar uma versão resumida das DFAs, de maneira satisfatória para o Banco, para divulgação ao público.

**Décimo quinto. Comunicações.** Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado a seguir, ou por outros meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe ao Órgão Executor, a menos que as partes acordem por escrito de outra maneira:

Do Órgão Executor:

Endereço postal:

Instituto Superior de Educação de São Paulo - ISESP  
Rua Cincinato Braga, n. 388  
Bela Vista  
São Paulo, Brasil  
Fax: (11) 3034 5445 / (11) 97643 7160

E-mail: [juridico@singularidades.com.br](mailto:juridico@singularidades.com.br)  
[financeiro@singularidades.com.br](mailto:financeiro@singularidades.com.br)

- 5 -

Do Banco:

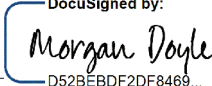
Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
1300 New York Avenue, N.W.  
Washington, D.C. 20577  
Estados Unidos da América  
Fax: (202) 623-3096

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Órgão Executor, manifestar sua aceitação aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e envio ao Banco do Convênio assinado.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Órgão Executor.

Atenciosamente,

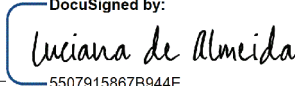
DocuSigned by:  
  
D52BEBDF2DF8469...  
Morgan Doyle  
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE  
SÃO PAULO - ISESP

DocuSigned by:  
  
B145B5A367FF404...  
Maria Heloisa de Oliveira Morel  
Representante

Data: setembro 17, 2021 | 10:35 AM EDT

DocuSigned by:  
  
5507915867B944E...  
Luciana de Almeida O'Reilly  
Representante

Data: setembro 16, 2021 | 3:12 PM EDT

ATN/JO-18571-BR

DS  
15